

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
RESOLUÇÃO Nº/CEPE, DE DE DE 2013

Estabelece normas visando a fortalecer o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa e a extensão, ao fixar o regime de trabalho e carga horária dos professores do Magistério Superior da UFC, e dá outras providências.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que deliberou o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, em sua reunião de XX de XXX de 2013, na forma do que dispõem o art. 207 da Constituição Federal, a Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro 2012, e a Portaria no 554/MEC, de 20 de Junho de 2013, combinados com os artigos 156, 156-A, 156-B, 157, 157-A e 157-B do Regimento Geral, e alínea s do art. 25 do Estatuto em vigor,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DO REGIME DE TRABALHO E DA CARGA DIDÁTICA

Art. 1º Os docentes da UFC serão submetidos a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - quarenta (40) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II – tempo parcial de vinte (20) horas semanais de trabalho.

§ 1º A UFC poderá, em caráter excepcional, mediante aprovação do colegiado do departamento, quando houver, do colegiado da unidade acadêmica e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, admitir a adoção do regime de quarenta (40) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando dois (2) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§ 2º O regime de quarenta (40) horas, com dedicação exclusiva, implica o impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, com as exceções previstas na legislação federal, no Estatuto, no Regimento Geral e nesta Resolução.

§ 3º As horas de trabalho, estabelecidas nos incisos I e II e no § 1º deste artigo, destinar-se-ão ao desempenho de atividades acadêmicas, próprias do pessoal docente de nível superior da UFC, entendidas como:

I - as pertinentes ao ensino, à pesquisa e/ou à extensão que visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura; e,

II - as inerentes à gestão universitária, assessoramento e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

§ 4º Será considerada, também, como atividade própria do pessoal docente de nível superior, o afastamento, com ou sem ônus para a UFC, visando a:

I - prestar serviços nos diversos órgãos dos governos federal, estadual e municipal, relacionados à Educação, Saúde, Cultura, Desportos e à Ciência e Tecnologia e em outras situações previstas na legislação vigente;

II - aperfeiçoar-se em instituição nacional ou estrangeira;

III - prestar colaboração temporária a outra instituição pública de ensino ou pesquisa, na forma a ser definida em Resolução específica;

IV - participar de órgão de deliberação coletiva ou outros relacionados com as funções acadêmicas;

V - participar de comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino, a pesquisa ou a extensão;

VI - comparecer a eventos acadêmicos, dentro e fora do país, relacionados com a sua atividade docente.

§ 5º Quando da contratação de novos docentes, o regime de trabalho será de tempo parcial ou de dedicação exclusiva, conforme especificação no respectivo Edital do concurso para ingresso na carreira do Magistério Superior.

§ 6º A carga horária do docente, independentemente do regime de trabalho, poderá ser distribuída em qualquer dos três turnos, incluindo-se o sábado, se assim exigirem as

necessidades do ensino, da pesquisa e da extensão, ou ainda a adoção de horário especial, justificado pela unidade acadêmica, quando se tratar de órgãos cujas atividades incluam domingos e feriados.

§ 7º Os docentes em regime de vinte (20) horas poderão ser, temporariamente, vinculados ao regime de quarenta (40) horas, sem dedicação exclusiva, após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos, da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime e de disponibilidade no banco de professor-equivalente, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de quarenta (40) horas, sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 8º O cumprimento da carga horária didática tem preferência sobre as outras atividades docentes, exceto nas hipóteses em que houver norma de hierarquia superior.

§ 9º O professor, inclusive em regime de dedicação exclusiva, desde que não investido em cargo em comissão ou função de confiança, poderá:

I - participar dos órgãos de direção de fundação de apoio de que trata a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, mediante deliberação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, observado o cumprimento de sua jornada de trabalho e vedada a percepção de remuneração paga pela fundação de apoio; e

II - ser cedido a título especial, mediante deliberação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para ocupar cargo de dirigente máximo de fundação de apoio de que trata a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com ônus para o cessionário.

Art. 2º A Carga Didática (CD) do Departamento, Campus ou Instituto, em cada semestre letivo, corresponderá ao somatório das horas alocadas para cada docente em componentes curriculares obrigatórios e optativos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, em estágio e em orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1º Cada Departamento, Campus e Instituto deverá priorizar a distribuição da carga horária nas disciplinas dos cursos de graduação.

§ 2º Cada Departamento, Campus e Instituto deverá estabelecer fatores de redução de carga horária docente para a alocação de componentes curriculares de modo a atender aos interesses de seus Planos de Trabalho.

§ 3º Na hipótese de não utilização de critérios próprios pelos departamentos ou unidades acadêmicas, serão utilizados os critérios estabelecidos no ANEXO I desta Resolução.

§ 4º A Carga Didática deve atender a todos os componentes curriculares obrigatórios e optativos que sejam necessários para a integralização curricular dos discentes, no tempo padrão definido de acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

§ 5º Nos casos de licenças ou afastamentos de docentes com carga horária já alocada em disciplinas, durante o período letivo, deverá o docente apresentar calendário de reposição ou o Departamento, o Campus ou o Instituto, a que estiver vinculado o componente, designar docente para cumprir o restante da carga-horária.

§ 6º O Departamento, o Campus ou o Instituto enquanto não atender às exigências dos parágrafos 4º e 5º deste artigo ficará impossibilitado de conceder aos seus docentes:

I – afastamentos para mestrado, doutorado e pós-doutorado;

II – fator de redução de carga horária didática para todos os docentes.

§ 7º Havendo a suspensão de fator de redução, deve-se utilizar a tabela de redistribuição de carga horária didática anexa a esta resolução.

§ 8º Será contabilizada oito (8) horas aula como carga didática semestral do docente para cada orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 9º Será contabilizada quatro (4) horas aula como carga didática semestral do docente para cada orientação de Estágio Supervisionado

Art. 2-Aº Cada Departamento, Campus e Instituto deverá firmar compromisso de oferta de componentes curriculares previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em formulário elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação.

Parágrafo Único – Os componentes curriculares já regulamentados anteriormente a vigência desta Resolução estão dispensados de registro no formulário previsto no *caput* deste Artigo.

Art. 3º A Carga Didática Semestral Média (CDSM) é o resultado da CD dividida pelo número de docentes lotados e em efetiva atividade na unidade.

Parágrafo único. Serão excluídos no cálculo da CDSM os docentes dispensados de carga didática, afastados da UFC para exercer cargo ou função gratificada, para fazer Curso de Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado, por ato especial do Reitor ou por outros motivos previstos em lei.

Art. 4º A CDSM de cada Departamento, Campus ou Instituto deverá ser, no mínimo, de cento e vinte e oito (128) horas-aula, equivalente a oito (8) créditos.

Parágrafo Único. O Departamento, Campus ou Instituto cuja CDSM não atingir o limite fixado no *caput* deste artigo, não poderá ter, em sua lotação, novos docentes, mesmo por reposição, remoção ou transferência, seja a que título for, exceto para os casos de contratação de docentes para novos cursos de graduação.

Art. 5º O Plano de Trabalho Semestral Docente corresponderá às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional previstas nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º desta Resolução, que deverão ser distribuídas levando em conta o regime de trabalho do docente e de acordo com as atividades constantes no ANEXO II desta Resolução.

§ 1º A carga horária de aulas efetivas de cada docente será determinada por semestre letivo pelo Departamento, Campus ou Instituto, que atribuirá, de acordo com a sua Carga Didática (CD):

I – no mínimo cento e vinte e oito (128) horas, equivalente a oito (8) créditos, e no máximo duzentos e cinquenta e seis (256) horas, equivalente a dezesseis (16) créditos, aos docentes em regime de tempo parcial;

II – no mínimo cento e vinte e oito (128) horas, equivalente a oito (8) créditos, e no máximo de trezentos e vinte (320) horas, equivalente a vinte (20) créditos, aos docentes em regime de dedicação exclusiva;

III – no mínimo duzentos e cinquenta e seis (256) horas, equivalente a dezesseis (16) créditos, e no máximo de trezentos e vinte (320) horas, equivalente a vinte (20) créditos, aos docentes em regime de quarenta (40) horas, atribuído sempre em caráter excepcional.

§ 2º Da carga horária definida no parágrafo anterior deste artigo, serão destinadas, obrigatoriamente, sessenta e quatro (64) horas, equivalente a quatro (4) créditos no

componente curricular disciplina do ensino de graduação para todos os docentes que não dispensados de atividade de ensino e que não estejam em estágio probatório, independentemente da função que ocupem.

§ 3º Da carga horária definida no § 1º deste artigo, serão destinadas, obrigatoriamente, cento e vinte e oito (128) horas, equivalente a oito (8) créditos em componentes curriculares disciplinas de ensino de graduação para os docentes em estágio probatório.

§ 4º A carga horária mínima referida nos incisos I, II e III do § 1º deste artigo é uma mera expectativa de direito que não pode prevalecer diante da supremacia do interesse da UFC para atender às demandas de componentes curriculares requeridas às unidades acadêmicas, cabendo ao colegiado do Departamento, Campus ou Instituto, no uso da sua conveniência ou oportunidade, conceder, ou não, o mínimo de carga horária ao docente.

§ 5º O Reitor, o Vice-reitor, os Pró-reitores, os Diretores de campus e os Diretores de unidades acadêmicas não estão obrigados a ministrar carga horária didática.

§ 6º Serão computadas em dobro, para efeito de carga horária, as disciplinas ministradas pelos Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu*, pelos Chefes de Departamentos, Chefes de Setores do Instituto UFC Virtual, integrantes de Comissões de Sindicância e Inquérito Administrativo, e pelos ocupantes dos demais Cargos de Direção (CD).

§ 7º Ao docente estudante matriculado em pós-graduação *stricto sensu*, com a respectiva anuência de sua unidade de lotação e submetido ao horário especial de acordo com o art. 98 da Lei n. 8.112, de 1990, poderá requerer a alocação mínima de carga horária prevista no parágrafo 1º desta Resolução.

§ 8º É vedado, para fins de determinação de carga horária de cada docente, o desdobramento de turmas no mesmo horário sob a responsabilidade do mesmo professor.

§ 9º O Departamento, Campus ou Instituto que não cumprir o disposto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 2º deverá utilizar os critérios de distribuição de carga horária mínima previstos no ANEXO I desta Resolução.

Art. 6º À Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) caberá aplicar as penalidades previstas nesta Resolução.

§ 1º O não cumprimento da carga horária didática atribuída pela chefia imediata, por deliberação do colegiado competente, implicará na aplicação de faltas ao docente ao longo do período letivo, correspondentes aos dias de ausência do cumprimento da carga prevista, podendo, ainda, serem aplicadas outras sanções estabelecidas pela CPPD por meio de processo administrativo.

§ 2º Caberá à CPPD aplicar sanções aos gestores que não derem cumprimento às normas previstas no parágrafo 5º desta resolução.

CAPÍTULO II

DO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Art. 7º O regime de trabalho em dedicação exclusiva impõe ao docente a obrigação de prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho em tempo integral.

Parágrafo único - É vedado ao docente em dedicação exclusiva o exercício remunerado cumulativo de qualquer outro cargo, emprego, função ou atividade autônoma, com ou sem vínculo, em entidades públicas ou privadas, ressalvadas as hipóteses específicas constantes desta Resolução e da legislação pertinente.

Art. 8º Ao docente em exercício no regime de trabalho em dedicação exclusiva será permitida a percepção de:

I - remuneração de cargos de direção ou funções de confiança;

II - retribuição por participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas ao ensino, pesquisa ou extensão, quando for o caso;

III - bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou de estímulo à inovação pagas por agências oficiais de fomento ou organismos internacionais amparadas por ato, tratado ou convenção internacional;

IV - bolsa pelo desempenho de atividades de formação de professores da educação básica, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil ou de outros programas oficiais de formação de professores;

V - bolsa para qualificação docente, paga por agências oficiais de fomento ou organismos nacionais e internacionais congêneres;

VI - direitos autorais ou direitos de propriedade intelectual, nos termos da legislação própria, e ganhos econômicos resultantes de projetos de inovação tecnológica, nos termos do art. 13 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

VII - outras hipóteses de bolsas de ensino, pesquisa e extensão pagas pela UFC, exigida a prévia regulamentação e autorização do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VIII –retribuição pecuniária, na forma de pro labore ou cachê pago diretamente ao docente por ente distinto da UFC, pela participação esporádica em palestras, conferências, atividades artísticas e culturais relacionadas à área de atuação do docente;

IX - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 1990;

X - Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012;

XI - retribuição pecuniária, em caráter eventual, por trabalho prestado no âmbito de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e

XII - retribuição pecuniária por colaboração esporádica de natureza científica ou tecnológica, em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos de inovação tecnológica, autorizada na forma de regulamentação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 1º Considera-se esporádica a participação remunerada nas atividades descritas no inciso VIII do *caput* deste artigo, autorizada pela UFC, que, no total, não exceda trinta (30) horas anuais.

§ 2º As atividades de que tratam os incisos XI e XII do *caput* deste artigo não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a cento e vinte (120) horas anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada, condicionada a prévia aprovação pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte (120) horas exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 9º A participação nas atividades descritas nos incisos III e XII do *caput* do artigo anterior exige a observância das seguintes diretrizes:

I - devem ter início e término definidos, não gerando nenhum vínculo empregatício com a entidade a qual for prestada;

II - devem proporcionar retorno à UFC na linha de intercâmbios culturais, técnicos e científicos ou de propagação construtiva do nome e da competência da UFC;

III - não poderão prejudicar os encargos administrativos e acadêmicas da unidade em que o docente esteja lotado, respeitando o limite de oito (8) horas semanais;

IV - impõem obter a prévia aprovação da chefia da unidade acadêmica de lotação do docente que tem, nesta hipótese, a prerrogativa de transferir a apreciação e decisão do pedido ao respectivo colegiado de lotação do docente.

Art. 10 O pedido de autorização para o desenvolvimento das atividades referidas nos incisos III, VIII e XII do artigo 8º será formalizado em processo e encaminhado à unidade acadêmica em que for lotado o docente interessado, devendo conter:

I – identificação do docente e da unidade de lotação;

II – o Plano Anual de Trabalho do docente, devidamente aprovado;

III – nome da entidade na qual será desenvolvida a atividade;

IV – a descrição precisa e clara da atividade a ser desenvolvida, especificando o retorno que a colaboração proporcionará à UFC;

V – a forma de participação, período de duração, e a carga horária semanal necessária ao desenvolvimento da atividade objeto da solicitação;

VI – indicação da remuneração pela colaboração, quando for o caso;

VII – informações pertinentes à utilização ou não de instalações, equipamentos, e materiais pertencentes à UFC; e

VIII – declaração, sob as penas da lei, na hipótese do inciso VIII ou XII do art. 8º, de que a atividade está respeitando respectivo limite de horas anuais fixadas, e, de que não haverá prejuízos aos encargos docentes e/ou atividades compromissadas junto ao curso ou unidade de lotação.

Art. 11 Os limites de valor e condições de pagamento das bolsas e remunerações referidas no art. 8º desta Resolução, na ausência de disposição específica na legislação própria, serão fixados em Portaria do Reitor da UFC.

Art.12 O pagamento da retribuição pecuniária de que trata o inciso XI do art. 8º desta Resolução será divulgado na forma do art. 4º-A, da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Art. 13 O docente cedido a Estados, Distrito Federal ou Municípios para ocupar cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal, poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, percebendo o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DE REGIME DE TRABALHO

Art. 14 O docente poderá solicitar a alteração de seu regime de trabalho, mediante requerimento que será submetido a sua unidade de lotação, contendo os seguintes documentos:

I - relatório das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica dos últimos dois (2) anos do atual regime de trabalho;

II - plano de trabalho docente com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica que justifiquem a mudança de regime de trabalho;

III - documento comprobatório que ateste a compatibilidade de horários quando se tratar de mudança de regime para quarenta horas sem dedicação exclusiva; e

IV – documento apresentando justificativas para reconhecimento da área como possuidora de características específicas quando se tratar de mudança de regime para quarenta horas sem dedicação exclusiva;

§ 1º A Comissão Permanente de Acumulação de Cargos (CPAC) irá emitir parecer quanto à legalidade de acumulação de cargos.

§ 2º A solicitação de alteração de regime de trabalho será submetida à aprovação, por dois terços (2/3) do colegiado do departamento, quando houver, do conselho da unidade acadêmica, e será encaminhada à Comissão Permanente de Pessoal Docente

- CPPD para análise e parecer, e posteriormente à decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

§ 3º É vedada a mudança de regime de trabalho aos docentes em estágio probatório.

§ 4º Na hipótese de concessão de afastamento sem prejuízo de vencimentos, as solicitações de alteração de regime só serão autorizadas após o decurso de prazo igual ao do afastamento concedido.

§ 5º Ao docente cuja unidade de lotação apresentar CDSM inferior a oito (8) horas não serão concedidas as seguintes alterações de regime de trabalho de:

I – tempo parcial para quarenta (40) horas ou dedicação exclusiva; e

II – quarenta (40) horas para dedicação exclusiva

§ 6º Ao docente que se encontre a, pelo menos, dez (10) anos de tempo necessário para qualquer tipo de aposentadoria não serão concedidas as seguintes alterações de regime de:

I – tempo parcial para quarenta (40) horas ou dedicação exclusiva; e

II – quarenta (40) horas para dedicação exclusiva

§ 7º A redução de regime de trabalho docente de quarenta (40) horas ou de dedicação exclusiva para tempo parcial não implicará contratação de professor substituto para a unidade acadêmica.

§ 8º A alteração de regime deverá atender, além do disposto nesta Resolução, as exigências de Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que disciplina o Banco de Professor-Equivalente.

Art. 15 Além das exigências do art. 14, o processo de concessão do regime de quarenta (40) horas ou dedicação exclusiva submeter-se-á as seguintes normas e procedimentos:

I - a concessão dar-se-á, a título precário, limitado a um prazo de 5 (cinco) anos, caso obtenha aprovação prévia, por maioria de dois terços (2/3) dos membros da unidade acadêmica de lotação do docente e homologação, também por dois terços (2/3), pelo respectivo Conselho do Centro ou Faculdade, e, no caso de Campus ou Instituto,

incumbe ao seu Conselho decidir pela aprovação e homologação, por dois terços (2/3) do total de integrantes do colegiado;

II - a concessão definitiva do regime de quarenta (40) horas ou em dedicação exclusiva dar-se-á, tão apenas, após decorridos, no mínimo, cinco (5) anos ininterruptos nesse regime, exigindo-se os seguintes procedimentos:

a) avaliação das atividades desenvolvidas ao longo do quinquênio probatório constante de parecer fundamentado de Comissão Especial designada pelo Conselho da Unidade Acadêmica, submetida à aprovação, por maioria de dois terços (2/3) dos integrantes do Conselho de Centro ou Faculdade, ou, do Conselho do Campus ou Instituto de lotação do docente;

b) na sequência, exige obtenção de parecer favorável da CPPD; e,

c) posteriormente, manifestação final favorável por maioria absoluta do CEPE.

§ 1º O pedido de aposentadoria voluntária ou a ocorrência de aposentadoria compulsória antes da concessão definitiva do regime de quarenta horas ou de dedicação exclusiva ao longo do quinquênio previsto no inciso I deste artigo implicará no automático retorno do docente ao regime de trabalho no qual se encontrava antes da alteração, sem incorporar as vantagens do regime de quarenta horas ou de dedicação exclusiva exercido a título precário.

§ 2º Não se aplica a restrição contida no parágrafo anterior, na hipótese de aposentadoria por invalidez ou falecimento do docente que esteja no regime de quarenta horas ou de dedicação exclusiva, mesmo a título precário, incorporando-o integralmente para efeito de instituição de pensão a seus dependentes.

Art. 16 A supressão dos regimes de quarenta horas (40) ou de dedicação exclusiva dar-se-á:

I - por iniciativa da unidade em que o docente exerça a sua atividade acadêmica, com decisão final do Reitor, à vista de parecer conclusivo da CPPD, quando se verificar o descumprimento das obrigações inerentes ao regime de trabalho;

II - por iniciativa da CPPD, na hipótese da omissão da unidade em que o docente exerça a sua atividade acadêmica, caso em que esta unidade deverá ser previamente ouvida.

§ 1º O descumprimento das obrigações inerentes ao regime de trabalho, de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, caracterizar-se-á, pelo menos, por uma das seguintes situações:

- a) não cumprimento, por parte do docente, de carga horária efetiva de aulas a que estiver obrigado;
- b) não cumprimento do cronograma aprovado pela unidade, em que o docente exerça a sua atividade acadêmica, para as atividades de pesquisa ou de extensão a que estiver obrigado o docente;
- c) o não cumprimento da carga horária prevista para os setores do Instituto UFC Virtual;
- d) acumulação ilícita.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a supressão do regime de trabalho far-se-á por Ato do Reitor, após o devido processo legal.

§ 3º Caberá recurso ao CEPE, com efeito suspensivo, no prazo de quinze (15) dias úteis a partir da notificação ao interessado, do Ato que excluiu o docente do regime de quarenta horas (40) ou dedicação exclusiva.

Art. 17 A supressão dos regimes de quarenta (40) horas ou de dedicação exclusiva, nas condições e pelos motivos previstos no artigo anterior, importará no consequente e automático vínculo do docente ao regime de tempo parcial.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 18 Os docentes que não atenderem às condições e carga horária estipulados nesta Resolução estarão sujeitos à aplicação de penalidades previstas na Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Estatuto, no Regimento Geral da UFC ou nesta Resolução.

Parágrafo único. Os docentes impossibilitados de atender a carga horária mínima de aulas prevista no *caput* do art. 6º desta Resolução, em decorrência da falta de atribuição de componente(s) curricular(es) pela unidade de lotação, não poderão ser apenados por descumprimento de obrigações inerentes ao respectivo regime de trabalho.

Art. 19 Esta Resolução não se aplica aos docentes da Carreira Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor nesta data para produzir efeitos a partir do primeiro semestre letivo de 2014, revogada a Resolução CEPE nº 02, de 03 de maio de 2011, Resolução CEPE nº 18, de 29 de junho 1994, Portaria nº 17 de 14 de janeiro de 2004 e demais disposições em contrário.

ANEXO I

Art. 1º A Carga Didática (CD) de cada Departamento, Campus e Instituto que não atender as exigências previstas no parágrafo 4º do artigo 2º desta Resolução deverá ser distribuída entre os docentes utilizando-se os critérios de escalonamento previstos neste anexo, seguindo a ordem decrescente das faixas definidas no Art. 2º deste anexo.

§ 1º Os *Campi* e Institutos deverão instituir, no prazo máximo de quarenta e cinco (45) dias após a vigência desta Resolução, áreas de conhecimento que congregam componentes curriculares afins, vinculando a no máximo duas (2) áreas de conhecimento cada docente.

§ 2º Para efeito de distribuição de carga horária didática dos *Campi* e Institutos, a suspensão de fatores de redução de carga horária mínima aplicar-se-á a todos os docentes vinculados às áreas de conhecimentos previstos no § 1º deste Artigo.

Art. 2º Os docentes de cada Departamento ou área de conhecimento, nos casos dos *Campi* e Institutos, serão distribuídos para efeito de escalonamento de carga horária didática mínima nas seguintes faixas:

I - Faixa I com carga horária didática mínima de cento e vinte e oito (128) horas, equivalente a oito (8) créditos;

II - Faixa II com carga horária didática mínima de cento e noventa e dois (192) horas, equivalente a doze (12) créditos;

III - Faixa III com carga horária didática mínima de duzentos e cinquenta e seis (256) horas, equivalente a dezesseis (16) créditos;

IV - Faixa IV com carga horária didática mínima de trezentos e vinte (320) horas, equivalente a vinte (20) créditos.

§ 1º A Faixa I conterá os docentes que estejam em uma das seguintes condições:

I - Coordenador de Curso de Graduação ou Pós-Graduação *Stricto Sensu*;

II - Chefe de Departamento;

III - Ocupante de Cargo de Direção;

IV - Pesquisador bolsista de produtividade em pesquisa (PQ) ou produtividade em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora (DT) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou bolsista de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização (BPI) da FUNCAP;

V - Docente estudante matriculado em pós-graduação *stricto sensu*, na área de conhecimento de atuação do docente na respectiva unidade acadêmica, submetido ao horário especial de acordo com o Art. 98 da Lei 8.112, de 1990.

§ 2º Ao docente vinculado a mais de uma área de conhecimento previsto no § 2º do Artigo 1º deste Anexo será atribuída a faixa de maior carga horária mínima.

Art. 3º Cada Departamento, Campus e Instituto deverá definir percentuais de distribuição entre as quatro faixas de modo a atender obrigatoriamente a cada semestre letivo a Carga Didática.

Art. 4º Para efeito de enquadramento nas faixas previstas no artigo 2º, os docentes serão classificados de acordo com os critérios da Categoria 5 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO, TÉCNICA OU ARTÍSTICA da tabela de pontuação (TABELA I do ANEXO I) da resolução de progressão funcional, desconsiderado o limite máximo para este grupo, considerando as atividades dos últimos três (3) anos.

§ 1º Havendo empate entre a pontuação dos docentes, o critério de desempate será em favor do professor com mais tempo no exercício de atividades docentes no ensino superior na UFC.

§ 2º A classificação dos docentes nas faixas terá validade de três (3) anos.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

ANEXO II

Art. 1º O Plano de Trabalho Semestral do Docente (PTSD) deverá ser submetido à aprovação do Departamento, Campus ou Instituto do qual o docente estiver lotado e será registrado no SIGAA.

Parágrafo Único – A integralização da carga horária docente, de acordo com seu regime de trabalho, será distribuída nas atividades previstas na tabela a seguir:

1. ENSINO SUPERIOR E ORIENTAÇÕES	
1.1	Ministrar Componentes Curriculares Disciplinas na Graduação e na Pós-Graduação
1.2	Orientador de Doutorado em Programas da UFC
1.3	Orientador de Doutorado em Programas de outras IES em Convênio com UFC
1.4	Co-Orientador de Doutorado em Programas da UFC
1.5	Co-Orientador de Doutorado em Programas de outras IES em Convênio com UFC
1.6	Orientador de Mestrado em Programas da UFC
1.7	Orientador de Mestrado em Programas de outras IES em Convênio com UFC
1.8	Co-Orientador de Mestrado em Programas da UFC
1.9	Co-Orientador de Mestrado em Programas de outras IES em Convênio com UFC
1.10	Orientador de Componente Curricular Atividade Trabalho de Conclusão Curso e/ou Monografia
1.11	Orientador/Supervisor de Componente Curricular Atividade Estágio Supervisionado
1.12	Orientador de Especialização na UFC
1.13	Orientador de Estágio Docência de Aluno de Pós-graduação na Graduação
1.14	Orientador de Bolsistas de Programas Institucionais
2. BANCAS EXAMINADORAS E COMISSÕES DE AVALIAÇÃO	
2.1	Concurso público
2.2	Comissão de Seleção de Professor Substituto, Temporário e Visitante
2.3	Secretário de Concurso para Docente
2.4	Comissão de Avaliação em Estágio Probatório e Progressão Funcional
2.5	Tese de doutorado
2.6	Dissertação de mestrado
2.7	Qualificação de Doutorado
2.8	Qualificação de Mestrado
2.9	Trabalho de Conclusão de Curso
2.10	Defesa de Especialização na UFC
2.11	Participação em Comitês de Programa, Conselho Editorial de Revistas e Livros
2.12	Revisor/Parecerista <i>Ad hoc</i>
2.13	Avaliador de Eventos Acadêmicos/Científicos
2.14	Seleção de Alunos para Curso de Pós-graduação Stricto-Sensu
2.15	Seleção de Bolsistas em Programas Institucionais
3. CURSOS E ESTÁGIOS	
3.1	Pós-Doutorado
3.2	Curso de atualização/capacitação
3.3	Participação em Eventos Nacionais Científicos, Esportivos, Artísticos ou Culturais
3.4	Participação em Eventos Internacionais Científicos, Esportivos, Artísticos ou Culturais
3.5	Estágio ou intercâmbio com outra instituição

3.6	Cursos de Formação Docente na UFC
4. PESQUISA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO, TÉCNICA OU ARTÍSTICA	
4.1	Elaboração de Artigos Científicos, Livros e Capítulos de Livros
4.2	Tradução de Livro ou de Capítulo de Livro
4.3	Desenvolvimento de Produto Tecnológico (equipamento, instrumento, fármacos e similares, etc.)
4.4	Desenvolvimento de Processo Tecnológico (analítico, instrumental, pedagógico, terapêutico, etc.) com registro em órgão específico
4.5	Apresentação Artística (computar somente se for na Área de Atuação Profissional)
4.6	Composição Musical, Artes Plásticas, Direção de Peça Vídeo e AudioVisual de Produção Artística (computar somente se for na Área de Atuação Profissional)
4.7	Produção de Relatório Técnico/Científico Aprovado pela Unidade de Lotação ou em Editais Institucionais
4.8	Resenha de Livro e Revisão de Livro
4.9	Filmes, Vídeos, AudioVisuais Educaionais ou de Divulgação Científica, Aprovado pela Unidade de Lotação
4.10	Elaboração de Obra de Artes Visuais (Fotografia, Video Animação, Escultura, Gravura, Pintura, Painel, Instalação, Performance, Arte Eletrônica, etc)/ Expostas em Exposições Individuais, Obras Audio-Visuais, de âmbito Nacional (para áreas de artes, arquitetura e design)
4.11	Exposição Individual de Artes Visuais, Âmbito Nacional (para Áreas de Artes, Arquitetura e Design)
4.12	Exposição Individual de Artes Visuais, Âmbito Internacional (para Áreas de Artes, Arquitetura e Design)
4.13	Curadoria, Organização de Evento Artístico de âmbito Nacional (para Áreas de Artes, Arquitetura e Design)
4.14	Curadoria, Organização de Evento Artístico de âmbito Intenacional (para Áreas de Artes, Arquitetura e Design)
4.15	Produção Gráfica Impressa (Identidade Visual, Editoração, Ilustração, Design Gráfico de Peças Gráficas, etc) (para Áreas de Artes, Arquitetura e Design)
4.16	Autoria de Peça Teatral, de Dança, Musical (para Áreas de Artes, Arquitetura e Design)
4.17	Configuração de Web Site, Consultorias Artísticas, Organização de Exposições Museais, etc. (para Áreas de Artes, Arquitetura e Design)
4.18	Projeto de pesquisa, financiado por agência de fomento/UFC/fundação, cadastrado na instituição
4.19	Projeto de pesquisa não financiado, cadastrado na instituição
5. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
5.1	Coordenador de Programas Cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão com participação de discentes
5.2	Coordenador de Projeto Cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão com participação de discentes

5.3	Participação regular em projeto cadastrado na pró-reitoria de extensão com participação de discentes
5.4	Ministração de curso de extensão, palestras, conferências e mesas redondas
5.5	Coordenação de encontros, seminários, exposições, e similares
5.6	Ação de Extensão
6. ADMINISTRAÇÃO, ASSESSORAMENTO E REPRESENTAÇÃO	
6.1	Reitor, vice-reitor, pró-reitor, diretor de unidade acadêmica
6.2	Vice-diretor, com atividade administrativa permanente
6.3	Coordenador de Programas Acadêmicos
6.4	Cargo de Direção na Administração Superior
6.5	Chefia de Departamento
6.6	Coordenador de Curso de Graduação ou Pós-graduação Stricto Sensu
6.7	Assessoria da administração superior da UFC
6.8	Função Gratificada (FG) para Gestão Administrativa
6.9	Coordenador Permanente Designado por Portaria do Dirigente
6.10	Presidente de comissão PERMANENTE (designada por portaria) da UFC
6.11	Participação em comissão PERMANENTE (designada por portaria) da UFC
6.12	Presidente de comissão TEMPORÁRIA (designada por portaria) da UFC
6.13	Participação em comissão TEMPORÁRIA (designada por portaria) da UFC
6.14	Representante Docente nos Conselhos Superiores da UFC
6.15	Representante Docente nos Conselhos das Unidades Acadêmicas
6.16	Participação nos Colegiados de Cursos de Graduação
6.17	Membro do Núcleo Docente Estruturante
6.18	Membro de unidade curricular (não titular)
6.19	Participação em Comissão Eleitoral na UFC
6.20	Participação em Câmaras Setoriais
6.21	Avaliador do INEP para Avaliação de Curso e de Instituição
6.22	Titular em órgão representativo de classe